

**ESTATUTO DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO
PESADA_NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SICEPOT-MG
CNPJ Nº 16.631.087/0001-35**

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2003; ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2004; alterado e ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2009; alterado e ratificado pela Assembleia Geral de 03 de junho de 2019; e alterado e ratificado pela Assembleia Geral de [•] de [mês] de 2021.

**CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO DO SINDICATO**

**SEÇÃO I
DA DENOMINAÇÃO, REPRESENTAÇÃO, BASE TERRITORIAL E
SEDE**

Artigo 1º – O Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais – SICEPOT - MG, reconhecido como entidade sindical pela Carta nº MTPS 327.474-71, de 23 de fevereiro de 1973, é sucessor da Associação Profissional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação do Estado de Minas Gerais, fundada em 09 de março de 1968, com prazo de duração por tempo indeterminado.

§ 1º O Sindicato, nos termos da legislação sindical, é o órgão de representação da categoria econômica da indústria da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral, obras de arte especiais e correntes, barragens, portos, aeroportos, canais, obras de irrigação e drenagem, infraestrutura urbana, saneamento básico e obras de infraestrutura em concessões de serviços públicos no Estado de Minas Gerais, categoria também designada como “Indústria da Construção Pesada”.

§ 2º A base territorial do Sindicato é o Estado de Minas Gerais.

§ 3º O Sindicato tem sede na capital mineira, podendo abrir delegacias ou representações em outras cidades.

**SEÇÃO II
DAS FINALIDADES, PRERROGATIVAS E DEVERES DO SINDICATO**

Artigo 2º – A finalidade essencial do Sindicato é a de representar, perante o poder público e as entidades privadas, a categoria econômica

da Indústria da Construção Pesada e os interesses individuais das suas associadas, nos termos da lei e assegurar soluções que garantam condições de que cada associada possa empreender o seu negócio, fortalecendo-se como empresa através do fortalecimento da classe.

Artigo 3º – Para a consecução da sua finalidade, o Sindicato tem as seguintes prerrogativas:

- a) celebrar convenções coletivas de trabalho;
- b) eleger ou designar os representantes da categoria econômica;
- c) representar e assessorar a categoria econômica da Indústria da Construção Pesada e também os interesses individuais das suas associadas, nos termos da lei, perante o Poder Público e as entidades privadas;
- d) colaborar com o Poder Público como órgão técnico e consultivo, no estudo e soluções dos problemas que se relacionem com a categoria econômica;
- e) estabelecer contribuições sindicais e contribuições destinadas a manutenção do sistema confederativo a todos os membros da categoria econômica;
- f) estabelecer contribuições sociais ordinárias e extraordinárias e taxas de serviços assistenciais a cargo das associadas; e
- g) representar a categoria, judicial ou extrajudicialmente, em nome próprio ou por substituição processual.

Artigo 4º – São deveres do Sindicato:

- a) colaborar com o Poder Público e demais instituições no sentido de promover a responsabilidade social e a subordinação dos interesses econômicos ao interesse nacional;
- b) manter serviços de assistência técnica, econômica e jurídica às associadas;
- c) buscar a permanente integração da categoria com outras entidades de classe profissionais ou econômicas, e com as comunidades com as quais interaja, na busca de soluções para o desenvolvimento sócio econômico, tendo por premissas a equidade, a justiça e a preservação ambiental;

- d) defender o estabelecimento e o contínuo aperfeiçoamento da legislação, normas e práticas adequadas à atividade de suas associadas;
- e) promover a responsabilidade social através de ações, projetos e eventos; e
- f) zelar pela prática da ética empresarial.

CAPÍTULO II DOS SÓCIOS – ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I DAS CATEGORIAS DE SÓCIOS

Artigo 5º – O quadro social é composto pelas seguintes categorias de sócios:

I – **Associada Fundadora**: associada efetiva signatária da ata de fundação do Sindicato;

II – **Associada Efetiva**: empresa que, pertencendo à categoria econômica, realiza a sua inscrição, sob o pagamento de taxa de inscrição específica, depois de cumpridas as exigências legais e estatutárias;

III – **Associada Contribuinte**: empresa que, pertencendo a categoria econômica, realiza a sua inscrição, sem o pagamento da respectiva taxa, depois de cumpridas as exigências legais e estatutárias.

Artigo 6º – Comporá também o quadro social a categoria de Sócios Honorários, constituída por pessoas físicas que tenham prestado relevantes serviços ao Sindicato e que venham a receber esta distinção mediante proposta regular da Diretoria e aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único Os Sócios Honorários não poderão votar nem participar, ativa ou passivamente, da administração do Sindicato.

SEÇÃO II DA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES

Artigo 7º – Toda empresa que exerça as atividades da categoria econômica poderá ser admitida como Associada Efetiva ou Contribuinte do Sindicato, satisfeitas as exigências da legislação sindical.

§ 1º Entende-se como empresa, para os fins deste estatuto, a pessoa jurídica que exerça as atividades próprias da categoria econômica, a qualquer título e sob qualquer forma.

§ 2º O procedimento, requisitos e a documentação necessária ao ingresso como associada obedecerão ao regulamento estabelecido pela Diretoria do Sindicato.

§ 3º A inscrição da associada somente se efetivará após a homologação da Diretoria e o pagamento da respectiva taxa, no caso de Associada Efetiva.

§ 4º A recusa de inscrição no quadro social pela Diretoria será, obrigatoriamente, levada à apreciação da Assembleia Geral, na primeira reunião desta, a ela cabendo deliberar a respeito.

§ 5º A Associada Efetiva deverá indicar os seus representantes perante o Sindicato, que, em seu nome comparecerão à Assembleia Geral, reuniões e demais atos.

§ 6º A associada poderá requerer seu desligamento do quadro social do Sindicato mediante solicitação expressa e quitação das contribuições sociais ordinárias e extraordinárias, contribuição sindical e taxas de serviços assistenciais, devidas e não quitadas, cabendo à Diretoria deliberar sobre a forma de pagamento dos débitos.

§ 7º A associada desligada do quadro social por qualquer motivo, poderá requerer a sua readmissão, mediante novo processo de filiação e sob indispensável quitação de débitos ainda existentes, além das condições abaixo:

I – se o requerimento de readmissão se der no prazo de até 2 (dois) anos contados da data do desligamento, os direitos sociais estarão plenamente restabelecidos desde a readmissão; e

II – se o requerimento de readmissão se der após o transcurso de 2 (dois) anos do desligamento, o exercício dos direitos sociais deverá respeitar os prazos e condições previstos neste estatuto.

§ 8º A contribuição social ordinária e os custos dos serviços prestados à Associada Contribuinte serão fixados por ato da Diretoria.

Artigo 8º – São direitos da Associada Efetiva:

I – participar, com direito a voto, da Assembleia Geral;

II – exercer cargos diretivos através de seus diretores, sócios ou sócios de suas controladoras;

III – receber assistência técnica, econômica e jurídica e quaisquer outros serviços prestados pelo Sindicato;

IV – requerer a convocação da Assembleia Geral, justificando-a, desde que o requerimento seja feito pelo mínimo de 20% (vinte por cento) das associadas quites;

V – frequentar a sede do Sindicato;

VI – apresentar propostas e pedidos que julgar necessários ou convenientes à consecução das finalidades do Sindicato;

VII – participar de todos os eventos e atividades promovidas pelo Sindicato;

VIII – receber Comunicações, Boletins e Pareceres elaborados pelo Sindicato;

IX – participar das ações judiciais coletivas propostas pelo Sindicato, na forma da lei e nos termos deste estatuto; e

X – deliberar sobre a destinação do patrimônio e bens do Sindicato.

Artigo 9º – São direitos da Associada Contribuinte aqueles correspondentes aos incisos “III”, “V”, “VI”, “VII”, “VIII” e “IX” do Artigo 8º.

§ 1º A Associada Contribuinte não terá direito de voto na Assembleia Geral, exceto na que tenha por objeto deliberar sobre a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, desde que quites com o Sindicato.

§ 2º A Associada Contribuinte poderá participar das comissões especiais do Sindicato, grupos de trabalho e reuniões por ele promovidas para a discussão de temas de interesse da categoria econômica, não podendo exercer a respectiva coordenação.

§ 3º A Associada Contribuinte não terá direito ao patrimônio social.

Artigo 10 – A associada poderá recorrer à Assembleia Geral de todo ato lesivo de seus direitos, emanado da Diretoria, devendo, para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do ato, requerer à

Diretoria a convocação da Assembleia Geral.

Paragrafo Único. O recurso administrativo não prejudica o direito de pleitear judicialmente pelo mesmo motivo.

Artigo 11 – São deveres da associada:

I – cumprir e fazer cumprir as disposições deste estatuto, as decisões da Assembleia Geral e da Diretoria, e as decisões das reuniões setoriais com as quais tenha se comprometido;

II – pagar as contribuições sindicais e sociais, ordinárias e extraordinárias, bem como as taxas de serviços assistenciais, com atualização monetária, em caso de atraso;

III - prestigiar o Sindicato pelos meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo entre os demais integrantes da categoria;

IV – não praticar atos que envolvam a categoria sem prévio pronunciamento do Sindicato;

V – contribuir ao máximo para que o Sindicato realize seus objetivos, prestando as informações solicitadas pelo mesmo e oferecendo os subsídios considerados necessários à sua realização;

VI – comparecer às reuniões da Assembleia Geral, reuniões e outros atos para os quais for convocado;

VII – observar, zelar e desenvolver a ética empresarial, assim como os princípios de conduta do Sindicato, estabelecidos no Artigo 4º deste estatuto;

VIII – colaborar nas ações, projetos e eventos instituídos pelo Sindicato objetivando promover a responsabilidade social.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Artigo 12 – As Associadas Efetivas ficam automaticamente suspensas do quadro social quando deixarem de efetuar o pagamento das contribuições sociais ordinárias e extraordinárias, da contribuição sindical e das taxas de serviços assistenciais, pelo prazo consecutivo de 90 (noventa) dias.

§1º Enquanto perdurar a pena de suspensão a associada não poderá usufruir os direitos estabelecidos no Artigo 8º deste estatuto.

§2º Os direitos mencionados nas alíneas "I", "II" e "IV" do Artigo 8º serão suspensos com a falta de pagamento de qualquer contribuição, indiferentemente do prazo estabelecido no "caput".

§3º As associadas contribuintes ficam automaticamente suspensas do quadro social quando deixarem de efetuar o pagamento das contribuições sociais ordinárias e extraordinárias, da contribuição sindical e das taxas de serviços assistenciais, pelo prazo superior a trinta dias.

Artigo 13 – As associadas ficam sujeitas à eliminação do quadro social por:

I - má conduta empresarial;

II - falta cometida contra o patrimônio moral ou material do Sindicato;

III - deixar de cumprir as deliberações da Assembleia Geral e as decisões da Diretoria;

IV - deixar de cumprir as decisões das reuniões setoriais do Sindicato com as quais tenha se comprometido;

V - descumprir qualquer dos deveres arrolados no Artigo 11 deste estatuto;

VI - quebra de sigilo sobre assuntos tratados em reuniões ou assembléias, criando situações que dificultem ou impeçam o Sindicato de alcançar seus objetivos;

VII - deixar de efetuar o pagamento das contribuições sociais ordinárias e extraordinárias, da contribuição sindical e das taxas de serviços assistenciais, por prazo superior a seis meses; e

VIII - deixar de exercer as atividades próprias da categoria econômica representada pelo Sindicato.

§1º A aplicação da penalidade prevista no "caput" deste Artigo 13 é de competência da Diretoria.

§2º A penalidade, quando fundamentada nos incisos I à VI, somente poderá ser aplicada pela Diretoria após deliberação e recomendação expressa neste sentido por parte do Conselho de Ética.

§3º A penalidade fundamentada nos incisos VII e VIII é de competência sumária da Diretoria.

§4º Antes de aplicar a penalidade de eliminação a Diretoria dará à associada o prazo de dez dias corridos para defender - se ou regularizar seus débitos para com o Sindicato, findos os quais deliberará, havendo ou não defesa.

§5º A pena de eliminação poderá ser revista a qualquer tempo, pela Diretoria ou pela Assembleia Geral especialmente convocada, desde que a empresa eliminada assim solicite e regularize seus débitos para com o Sindicato, observado o disposto nos §7º e §8º do Artigo 7º deste estatuto.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SEÇÃO I DA ESTRUTURA DO SINDICATO

Artigo 14 – O Sindicato rege-se por uma estrutura composta por órgãos institucionais e setores operacionais.

§1º São órgãos revestidos de caráter institucional:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Conselho Consultivo;

V – Delegados Representantes junto a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -FIEMG;

VI – Núcleo Construção e Cidadania do SICEPOT - MG;

VII – Conselho de Ética.

§2º Aos órgãos institucionais se integra a estrutura organizacional do Sindicato, através dos seus setores operacionais, compostos pela Diretoria Executiva, pelas Comissões Especiais, Representantes e Delegados Especiais, e pelos segmentos administrativo, técnico, jurídico

e de comunicação social.

§3º Toda e qualquer reunião dos órgãos institucionais poderá ser realizada de forma presencial, semipresencial ou exclusivamente por meios digitais, devendo constar do ato de convocação a forma de realização das reuniões.

§4º Para a realização das reuniões dos órgãos institucionais de forma semipresencial ou exclusivamente por meio digital, o respectivo órgão deverá utilizar-se de sistema eletrônico que permita a adequada participação dos seus membros, assegurando o registro das presenças e caso aplicável, dos respectivos votos.

§5º Os membros do órgão institucional, terceiros autorizados a participar e pessoas cuja presença seja obrigatória na reunião poderão participar à distância nas reuniões do respectivo órgão realizadas parcial ou exclusivamente de modo digital.

SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 15 – A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação do Sindicato, soberana nas suas resoluções e constituída pelas associadas, as quais terão direito a 1 (um) voto.

§1º A Assembleia Geral será convocada por edital, com antecedência mínima de 3 (três) dias, contendo a ordem do dia, hora e local de realização, devendo o edital ser publicado uma única vez em órgão oficial da imprensa do Estado e divulgado às associadas através de circular ou boletim.

§2º Para efeito de quórum de instalação e de deliberação da Assembleia Geral somente serão computadas as associadas que estejam quites com o Sindicato.

§3º Salvo os casos previstos neste estatuto em que se exija “quórum” especial para instalação, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença mínima de metade das associadas com direito a voto e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de associadas com direito a voto.

§4º As resoluções da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos presentes, considerada esta como a metade mais 1 (um) dos votos, respeitados os casos previstos neste estatuto, cabendo ao seu presidente o voto de desempate.

§5º Para a reforma deste Estatuto ou do Regulamento Eleitoral, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença mínima de metade mais 1 (uma) das associadas com direito a voto e, em segunda convocação, trinta minutos após a primeira, com um terço das associadas com direito a voto sendo as deliberações tomadas por 2/3 (dois terços) dos presentes, cabendo ao Presidente do Sindicato o voto de desempate.

§6º As associadas se farão representar na Assembleia Geral por Diretor, Sócio-Gerente ou outro membro do respectivo quadro diretivo com capacidade de representação legal, ou, ainda, por representante ou procurador investido de poderes específicos.

§7º Na Assembleia Geral Eleitoral a associada somente poderá ser representada por sócio, diretor ou por procurador que pertença ao seu quadro funcional ou que com ela mantenha vínculo de representação, não podendo uma só pessoa representar mais de 1 (uma) associada.

§8º A Assembleia Geral será instalada e presidida, salvo no caso de impedimento ou de expressa delegação, pelo Presidente do Sindicato.

Artigo 16 – A Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, para deliberar sobre o relatório e contas da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício anterior, devendo ser instalada até 5 (cinco) meses após o encerramento do mesmo.

Artigo 17 – A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente, quando convocada, nos termos deste estatuto, competindo-lhe deliberar sobre os assuntos do ato convocatório ou, estando presentes todas as associadas, sobre qualquer assunto.

Paragrafo Único. Compete exclusivamente à Assembleia Geral deliberar sobre:

- a) eleição da Diretoria, Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes junto à FIEMG, nos termos estabelecidos pelo Regulamento Eleitoral;
- b) deliberar, em grau de recurso, sobre as penalidades aplicadas pela Diretoria;
- c) convenções ou dissídios de trabalho;
- d) estabelecimento das contribuições sindicais e sociais, ordinárias e

extraordinárias e das taxas de serviços assistenciais e sua forma de pagamento;

e) ingresso em juízo, pelo Sindicato, por substituição processual;

f) alienação e aquisição de bens imóveis pelo ~~pertencentes ao~~ Sindicato, devendo observar as avaliações realizadas com base no §4º do Artigo 54; e

g) reforma do presente Estatuto ou do Regulamento Eleitoral.

Artigo 18 – A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Sindicato, pela maioria da Diretoria, por requerimento justificado de vinte 20% (por cento) das associadas quites, ao qual não poderá se opor a Diretoria, ou ainda pelo Conselho Fiscal, quando se tratar de assuntos de gestão financeira.

§1º Quando requerida a sua convocação por associadas, o Presidente deverá providenciá-la em 5 (cinco) dias, sob pena de a mesma se efetivar por iniciativa das requerentes.

§2º A Assembleia convocada por associada somente será instalada com a presença da maioria absoluta das associadas em condições de votar.

Artigo 19 – Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações da Assembleia Geral concernentes aos seguintes assuntos:

I - eleição e destituição de membros da Diretoria, dos Conselhos Fiscal e Consultivo e dos Delegados Representantes junto a FIEMG;

II - deliberar sobre as contas da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal;

III - alienação e aquisição de bens imóveis; e

IV - julgamento, em grau de recurso, dos atos da Diretoria relativos a penalidades impostas à associada.

Artigo 20 – São condições para a associada exercer o direito de voto na Assembléia Geral:

I - quitação com as contribuições sindicais e sociais, ordinárias ou extraordinárias, e com as taxas de serviços assistenciais; e

II - estar em pleno gozo dos direitos sindicais; não estar incurso nas penalidades previstas no Capítulo III deste Estatuto.

Artigo 21 – As deliberações da Assembleia Geral obrigarão todas as associadas, inclusive as ausentes ou divergentes, salvo quando se tratar de ingresso em juízo, pelo Sindicato, na representação das associadas.

SEÇÃO III DA DIRETORIA

Artigo 22 – A Diretoria do Sindicato é composta por 9 (nove) membros efetivos e 7 (sete) suplentes, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) Primeiro Vice-Presidente, 1 (um) Vice-Presidente de Planejamento e Desenvolvimento e 6 (seis) Vice-Presidentes Setoriais, assim designados: a) 2 (dois) Vice-Presidentes de Obras Rodoviárias; b) 1 (um) Vice-Presidente de Obras Urbanas; c) 1 (um) Vice-Presidente de Obras de Saneamento; d) 1 (um) Vice-Presidente de Obras de Arte Especiais e, e) 1 (um) Vice-Presidente de Obras de Edificações Públicas.

§1º Os 7 (sete) suplentes eleitos se vincularão a cada um dos setores atribuídos às Vice-Presidências Setoriais e à de Planejamento e Desenvolvimento, com as atribuições de Diretor Setorial, competindo-lhes auxiliar os membros efetivos da Diretoria em suas funções e substituí-los em caso de ausência, afastamento, impedimento, renúncia, destituição e falecimento.

§2º Os Vice-Presidentes Setoriais e o de Planejamento e Desenvolvimento poderão indicar, sob aprovação do Presidente, 1 (um) representante de Associada Efetiva ou Contribuinte para auxiliá-los nas respectivas funções, sem voto nas reuniões do órgão, que atuará, por delegação específica, sob a denominação de Diretor.

Artigo 23 – A Diretoria se reunirá, em sessão ordinária, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou pela maioria de seus membros efetivos, sendo instalada com a presença mínima de 1/3 (um terço) de seus membros.

Artigo 24 – A Diretoria deliberará sobre os assuntos da sua competência, pela maioria dos presentes, cabendo 1 (um) voto a cada membro efetivo e ao Presidente ou àquele que o vier substituir, provisória ou permanentemente, o voto de desempate.

Paragrafo Único. Os Diretores Setoriais, inclusive os suplentes, participarão das reuniões, quando convocados, embora sem direito de voto.

Artigo 25 – À Diretoria compete:

I - dirigir o Sindicato, cumprindo e fazendo cumprir a legislação em vigor, o estatuto e regimentos, as decisões da Assembléia Geral e das reuniões Setoriais, bem como promover, perante o poder público e as entidades privadas, a categoria econômica ou os interesses individuais das associadas;

II - elaborar os regimentos necessários à operacionalidade do Sindicato e aqueles previstos no Estatuto;

III - elaborar e aprovar o orçamento anual, **observadas as disposições do Artigo 51**;

IV - prestar contas da sua gestão anualmente e ao término do mandato;

V - aplicar as penalidades previstas neste estatuto;

VI - deliberar sobre a abertura de delegacias ou representações em outras cidades;

VII - autorizar as despesas superiores a 50 (cinquenta) salários mínimos, **até o limite do Teto de Gastos previsto no §2º do Artigo 52 deste estatuto**;

VIII - autorizar a contratação de serviços especializados, **desde que previstos no orçamento anual ou até o limite do Teto de Gastos previsto no §2º do Artigo 52 deste estatuto**;

IX - **solicitar ao Conselho Consultivo o ajuste do Teto de Gastos mediante a abertura de créditos adicionais, na forma prevista no §4º do Artigo 52**;

X - aprovar a constituição de comissões especiais permanentes, fixando-lhes a competência e respectivo regimento de funcionamento;

XI - convocar a Assembleia Geral, sempre que julgar conveniente, nos termos deste estatuto;

XII - aprovar o orçamento anual e os projetos e ações do Núcleo Construção e Cidadania do SICEPOT- MG, **observado o Teto de Gastos**;

XIII - estabelecer as condições para ingresso no quadro de associadas e fixar o valor da taxa de inscrição;

XIV - estabelecer os valores da contribuição social ordinária e dos custos dos serviços prestados à Associada Contribuinte;

XV - aprovar ou recusar a admissão ou readmissão de associadas;

XVI - deliberar sobre as dúvidas ou omissões do presente estatuto; e

XVII - obter orçamentos das empresas de auditoria independente de primeira linha, que serão submetidos à análise e escolha pelo Conselho Consultivo, observado o disposto no Artigo 53 deste estatuto.

Artigo 26 - Ao Presidente compete:

I - representar legalmente o Sindicato, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes;

II - convocar as sessões da Diretoria e da Assembleia Geral, presidindo-as;

III - ordenar despesas extraordinárias de até 50 (cinquenta) salários mínimos, até o limite do Teto de Gastos previsto no §2º do Artigo 52 deste estatuto, podendo delegar poderes para a realização de tais despesas;

IV - contratar colaboradores e fixar salários e honorários, até o limite do Teto de Gastos previsto no §2º do Artigo 52;

V - assinar cheques e contas a pagar, juntamente com o Vice-Presidente de Planejamento e Desenvolvimento, podendo delegar poderes;

VI - convocar o substituto quando ocorrer vacância de cargos;

VII - nomear membros para as comissões especiais permanentes aprovadas pela Diretoria;

VIII - encaminhar à Assembleia Geral, quando for o caso, recurso apresentado pela associada;

IX - solucionar casos de urgência submetendo-os posteriormente à aprovação da Diretoria;

X - praticar os atos da sua competência, que forem deliberados pela Diretoria, na representação do Sindicato;

XI – propor o orçamento anual para os projetos e ações do Núcleo Construção Cidadania do SICEPOT-MG, e indicar seu Coordenador, nos termos do Regimento próprio; e

XII – deliberar sobre a indicação de Diretor Setorial prevista no §2º do Artigo 22 do Estatuto.

§1º O Presidente poderá delegar poderes a qualquer membro da Diretoria para representá-lo perante entidades, órgãos e autoridades públicas ou privadas.

§2º - As despesas superiores a 50 (cinquenta) salários-mínimos deverão ser submetidas ao referendo da Diretoria, quando ordenadas sem a deliberação desta.

Artigo 27 – Ao Primeiro Vice-Presidente compete manter permanente contato com o Presidente, devendo substituí-lo nos seus impedimentos, ausências, afastamento, renúncia, destituição ou falecimento, além de incumbir-se das missões específicas que lhe forem designadas por ele.

Artigo 28 – Ao Vice- Presidente de Planejamento e Desenvolvimento compete:

I - planejar, dirigir e coordenar as atividades internas do Sindicato;

II - administrar a arrecadação das receitas, as inversões financeiras e a movimentação de contas bancárias do Sindicato, promovendo as demonstrações contábeis da entidade;

III - ter sob sua guarda os arquivos, livros e valores da entidade; e

IV - assinar cheques e contas a pagar, juntamente com o Presidente, podendo delegar poderes.

Artigo 29 – Aos Vice-Presidentes Setoriais compete coordenar as atividades dos setores que lhes forem cometidos, substituindo o Presidente em atos específicos destes setores, quando por ele convocados.

Artigo 30 – Aos Diretores Setoriais, coordenados pelo Vice-Presidente a que estiverem vinculados, compete auxiliá-lo em suas funções e, para aqueles eleitos como suplentes, substituí- los em suas ausências ou no caso de vacância, permanente ou temporária, do cargo.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 31 – Ao Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, compete fiscalizar a gestão financeira do Sindicato, emitindo parecer anual sobre as contas da Diretoria, além de pareceres parciais no fim de cada trimestre civil se assim julgar necessário, os quais, lavrados no livro próprio, poderão ser examinados, a qualquer tempo, pelas associadas.

Paragrafo Único. O parecer sobre as contas deverá constar da pauta da Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a matéria.

Artigo 32 – Somente serão elegíveis ao Conselho Fiscal membros que, cumulativamente, não sejam:

I – membros da Diretoria, empregado, terceirizado do Sindicato e/ou Delegado Representante junto à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; e/ou

II – sócio, responsável técnico ou integrante de equipe de trabalho do auditor independente do Sindicato;

Artigo 33 – Caberá ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar, por quaisquer de seus membros, a gestão financeira do Sindicato e verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários dos Diretores;

II – opinar com seu parecer à Assembleia Geral, em matérias de sua competência, definidas por lei ou por este estatuto, tais como:

(a) as contas da Diretoria, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; e

(b) quaisquer outras matérias relacionadas à gestão financeira do Sindicato em relação às quais o Conselho Fiscal julgar relevante o seu parecer para fins de deliberação em Assembleia Geral.

III – apurar e investigar a prática de atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio do Sindicato;

IV – solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos; e

V – requisitar a presença dos auditores independentes do Sindicato nas reuniões, para eventuais esclarecimentos quanto aos demonstrativos financeiros e pareceres.

SEÇÃO V DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 34 – O Conselho Consultivo é composto pelos ex-Presidentes ou os Vice-Presidentes que exerceram a presidência no mínimo durante a metade do mandato, como membros permanentes, e mais 4 (quatro) membros eleitos, competindo-lhes:

I – assessorar e colaborar com a Diretoria no desempenho de suas funções;

II – reunir-se com a Diretoria, sempre que por ela convocado ou por convocação do Presidente;

III – analisar as propostas e planos que lhe forem submetidos pela Diretoria e dar, sobre os mesmos, parecer conclusivo;

IV – encaminhar à Diretoria sugestões e observações das associadas sobre assuntos de interesse da categoria;

V – instruir e orientar as associadas sobre as normas e comportamento referentes à ética profissional, velando pela sua aplicação;

VI – deliberar sobre as solicitações de créditos adicionais realizadas pela Diretoria com base no inciso IX do Artigo 25;

VII – escolher, dentre as empresas selecionadas pela Diretoria, a empresa de auditoria independente de primeira linha que realizará a auditoria das demonstrações financeiras do Sindicato em cada exercício, na forma do §2º do Artigo 53;

VIII – deliberar sobre a manutenção, aplicação ou investimento dos recursos financeiros do Sindicato de forma diversa da prevista no §2º do Artigo 50 do estatuto; e

IX – definir a relação de bancos de primeira linha nos quais poderão ser investidos os recursos financeiros do Sindicato com base no inciso I do §2º do Artigo 50, bem como alterar e atualizar a referida relação com base em condições atuais de mercado;

X – deliberar sobre a locação de bens imóveis pelo Sindicato,

observado o disposto no §3º e no §4º do Artigo 54.

§1º Os membros eleitos terão mandato igual ao mandato da Diretoria.

§2º O Conselho Consultivo poderá solicitar a contratação de consultores externos para assessorá-lo nos seus trabalhos.

SEÇÃO VI DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO A FIEMG

Artigo 35 – Os Delegados Representantes junto a FIEMG, em número de 2 (dois) e seus respectivos suplentes, representarão o Sindicato no Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais–FIEMG, nos termos do Estatuto desta Entidade, cabendo-lhes seguir as orientações emanadas pelo Presidente do Sindicato.

SEÇÃO VII DO NÚCLEO CONSTRUÇÃO E CIDADANIA DO SICEPOT-MG

Artigo 36 – O Núcleo Construção e Cidadania do SICEPOT–MG é órgão estratégico da estrutura institucional do Sindicato e tem o objetivo de promover e coordenar todas as ações, projetos e eventos, visando atender o disposto na alínea “e” do Artigo 4º deste Estatuto.

Paragrafo Único. O Núcleo Construção e Cidadania do SICEPOT –MG é diretamente subordinado ao Presidente do Sindicato e será regido por Regimento próprio a ser aprovado pela Diretoria.

SEÇÃO VIII CONSELHO DE ÉTICA

Artigo 37 – O Conselho de Ética é composto pelos ex-Presidentes, pelos membros do Conselho Consultivo e por 1 (um) dos Vice-presidentes ou Diretores indicado pela Diretoria, competindo - lhes:

I - examinar proposta da Diretoria para aplicação à associada da penalidade de eliminação do quadro social, nos termos do disposto no §2º do Artigo 12 deste estatuto, devendo emitir parecer;

II - dirimir controvérsias entre associadas, que possam afetar a categoria econômica;

III - analisar os assuntos diversos que lhe forem submetidos pela Diretoria e dar, sobre os mesmos, parecer conclusivo; e

IV – apurar, investigar ou denunciar, por qualquer de seus membros, as ações ou omissões que puderem caracterizar erros, fraudes e/ou crimes em relação à administração do Sindicato, sugerindo providências úteis para sanar tais ocorrências

§1º O Presidente em exercício não poderá ser membro do Conselho de Ética.

§2º Não compete ao Conselho de Ética analisar questões ou pleitos de interesse específico de uma ou mais associadas.

CAPÍTULO V DA PERDA DE MANDATO, VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO DE CARGOS

Artigo 38 – Os membros da Diretoria, e dos Conselhos Fiscal e Consultivo e Delegados Representantes junto a FIEMG perderão o mandato nos seguintes casos:

I - malversação ou dilapidação do patrimônio social;

II - grave violação deste estatuto;

III - abandono do cargo, na forma prevista no Parágrafo Único do Artigo 45; e

IV - perda de representação de empresa associada.

§1º Caso uma associada seja eliminada do quadro social do Sindicato ou dele se desligue espontaneamente e possua representante que seja membro da Diretoria, do Conselho Fiscal, membro eleito do Conselho Consultivo, Delegados Representantes junto à FIEMG ou do Conselho de Ética, este será automaticamente afastado do cargo, sendo substituído pelo suplente ou, na falta deste, a critério da Diretoria.

§2º A destituição de cargo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo à Assembleia Geral declarar a perda do mandato.

§3º No caso de renúncia, o pedido será homologado pela Diretoria, nos termos deste Estatuto.

Artigo 39 – No caso de vacância, temporária ou permanente, do cargo de Presidente, o Primeiro Vice-Presidente deverá reunir a Diretoria para dar ciência do ocorrido, assumindo a função de Presidente no mesmo

ato.

Paragrafo Único. No caso de vacância, temporária ou permanente, da Primeira Vice-Presidência, o cargo será preenchido por um dos Vice-Presidentes escolhido pela Diretoria, sendo admitido o acúmulo de cargos.

Artigo 40 – Havendo vacância, temporária ou permanente, dos cargos de Vice- Presidentes serão eles substituídos pelos seus suplentes.

Paragrafo Único. Ocorrendo vacância permanente no cargo de Vice-Presidente e de Suplente, concomitante ou não, a Diretoria escolherá o substituto ao cargo entre os Vice- Presidentes e Suplentes remanescentes, sendo admitido o acúmulo de cargos.

Artigo 41 – A substituição no Conselho Fiscal será feita por um dos suplentes, convocado pela Diretoria.

Artigo 42 – Ocorrendo renúncia de todos os membros da Diretoria e seus suplentes, o Presidente, ainda que resignatário, convocará a Assembleia Geral, a fim de que esta constitua nova Diretoria, cujo mandato coincidirá com o da Diretoria resignatária.

Artigo 43 – Ocorrendo renúncia de todos os membros do Conselho Fiscal, inclusive dos Suplentes ou dos Delegados Representantes junto à FIEMG, caberá à Diretoria indicar, entre os representantes das associadas, os substitutos, cujo mandato coincidirá com o da Diretoria, sendo admitido o acúmulo de cargos.

Artigo 44 – As renúncias ou pedidos de afastamento temporário deverão ser comunicados, por escrito, ao Presidente ou à Diretoria do Sindicato.

Artigo 45 – No caso de abandono de cargo, processar-se-á a sucessão na forma deste estatuto, ficando, entretanto, o membro da Diretoria, do Conselho Fiscal ou Delegado Representante junto a FIEMG que houver abandonado o cargo, impedido de se candidatar a qualquer cargo eletivo por dois períodos consecutivos.

Paragrafo Único. Considera-se abandono de cargo a ausência não justificada a quatro reuniões ordinárias sucessivas ou a dez alternadas da Diretoria, bem como a ausência a três reuniões sucessivas ou não do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES

Artigo 46 – O processo eleitoral reger-se-á pelo Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral, obedecido o disposto neste estatuto.

Artigo 47 – São condições para a associada ter representante votado nas eleições:

I - quitação com as contribuições sindicais e sociais, ordinárias ou extraordinárias, e com as taxas de serviços assistenciais;

II - estar em pleno gozo dos direitos sindicais;

III - não estar incurso nas penalidades previstas no Capítulo III deste Estatuto; e

IV - ter mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social.

Paragrafo Único. Cada associada somente poderá indicar 1 (um) representante como candidato aos cargos de Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Vice-Presidentes Setoriais e Suplentes, sendo admitida a indicação de outros candidatos representantes da mesma associada para os cargos de Conselheiro Fiscal ou Consultivo e Delegados Representantes juntoa FIEMG.

Artigo 48 – O representante da associada, candidato a cargo eletivo , deverá preencher as seguintes condições:

I - ter tido suas contas aprovadas, quando de exercícios anteriores em cargos de administração de entidade classista;

II - não haverlesado o patrimônio de qualquer entidade sindical ou associativa;

III - ser, há pelo menos 3 (três) anos, sócio ou diretor de empresa associada ou sócio de sua controladora;

IV - não ter sido condenado por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena;

V - estar em gozo dos direitos políticos; e

VI - não ter sido destituído de cargo administrativo ou de representação classista.

Artigo 49 – As eleições para os cargos da Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e de Delegados Representantes junto a FIEMG realizar - se- ão até o 15º (décimo quinto) dia anterior ao término do m andato dos dirigentes em exercício.

§1º O mandato da Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e dos Delegados Representantes junto a FIEMG será de três anos, contados a partir da posse.

§2º A cada mandato será obrigatória a renovação de pelo menos dois membros eleitos da Diretoria, permitida a reeleição dos demais.

§3º A reeleição consecutiva para Presidente é permitida apenas uma vez.

§4º Aplica-se a mesma regra do §3º àqueles que venham a substituir o Presidente eleito pelo período igual ou superior a meio mandato.

§5º As eleições e o processo eleitoral se realizarão nos termos do regulamento próprio, aprovado pela Assembleia Geral, inclusive no que se refere aos "quoruns" de instalação e votação.

§6º O exercício de cargos eletivos do Sindicato não é remunerado.

CAPÍTULO VII **DOS BENS E DO ORÇAMENTO DO SINDICATO**

Artigo 50 – Constituem bens do Sindicato:

- I - as contribuições sindicais e sociais, ordinárias ou extraordinárias;
- II - as doações e legados;
- III - os valores e bens adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidas;
- IV - as multas e outras rendas eventuais; e
- V - as taxas de serviços assistenciais.

§1º Nenhuma contribuição poderá ser imposta às associadas além das determinadas expressamente em Lei ou pela Assembleia Geral, na forma do presente estatuto.

§2º Os recursos financeiros do Sindicato serão mantidos, aplicados ou investidos de acordo com os seguintes critérios:

I – até 100% (cem por cento) dos recursos financeiros do Sindicato poderão ser mantidos, aplicados ou investidos por meio de bancos de primeira linha e/ou títulos públicos, conforme lista aprovada pelo Conselho Consultivo com base no inciso IX do Artigo 34, em ativos ou títulos de baixo risco que acompanham a variação das taxas de juros domésticos, de índices de preços ou ambos, incluindo: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil; (ii) títulos de emissão das referidas instituições financeiras de primeira linha com ou sem garantia do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, (iii) ou cotas de fundos de investimento que invistam somente nos ativos descritos nos itens (i) e (ii) e restrinjam sua atuação no mercado de derivativos à realização de operações com o objetivo de proteger posições detidas à vista (hedge), até o limite de tais posições; e

II – até 20% (vinte por cento) dos recursos financeiros do Sindicato poderão ser mantidos, aplicados ou investidos por meio de instituições financeiras diversas daquelas previstas na lista aprovada pelo Conselho Consultivo com base no inciso IX do Artigo 34 e em títulos diversos dos especificados no inciso I do §2º deste Artigo 50, desde que, cumulativamente: (i) sejam aplicados em títulos cobertos totalmente pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC; e (ii) os valores investidos por meio de uma mesma instituição financeira não ultrapassem o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

§3º Caso os recursos financeiros aplicados em uma mesma instituição financeira com base nos critérios previstos no inciso II do §2º deste Artigo 50 excedam o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, os recursos que excederem o limite de cobertura deverão ser realocados com base no inciso I do §2º deste Artigo 50, ou realocados em outra instituição financeira de modo a não ultrapassar o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

§4º Os Diretores que descumprirem os critérios de aplicação dos recursos financeiros do Sindicato previstos no §2º e no §3º deste Artigo 50 serão pessoalmente responsáveis pelos atos praticados e pelos prejuízos decorrentes da violação, sem prejuízo da nulidade dos referidos atos e da aplicação das demais penalidades estabelecidas em lei e neste estatuto .

Artigo 51 – O orçamento anual será composto pelas receitas e despesas do Sindicato a ser executado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, e serão aprovados pela Diretoria até 30 (trinta) dias antes do início do exercício financeiro a que se referem, e conterão a discriminação da receita e da despesa.

§1º O orçamento anual deverá ser elaborado pela Diretoria até o final do mês de outubro do ano anterior ao exercício a que se referem, tendo como referência o desempenho financeiro do exercício em curso e levando em consideração as receitas e despesas para o ano seguinte.

§2º Caso não ocorra a aprovação do orçamento anual para determinado exercício, o orçamento aplicável ao referido exercício será o Orçamento Corrigido, podendo atingir, no máximo, o Teto de Gatos previsto no §2º do Artigo 52.

Artigo 52 – O orçamento anual relativo ao exercício de 2022 servirá como referência para os orçamentos subsequentes do Sindicato e deverá ser elaborado com base nos custos e despesas anuais incorridas ou projetadas pelo Sindicato ("Orçamento de Referência"), devendo ser aprovado na forma do Artigo 51 deste estatuto.

b

§1º O valor total dos custos e despesas previstos no Orçamento de Referência será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo ("Orçamento Corrigido").

§2º Os custos e despesas do Sindicato em cada um dos exercícios subsequentes só poderá exceder o valor previsto no Orçamento Corrigido relativo ao Orçamento de Referência, em até: (i) 20% (vinte por cento); mais (ii) o superavit operacional apurado em balanço do exercício anterior ("Teto de Gastos").

§3º Para fins de determinação do Teto de Gastos, os acréscimos estabelecidos no §2º do Artigo 52 sempre incidirão sobre o valor do Orçamento Corrigido sem qualquer adição ou acréscimo prévio, ressalvada apenas a correção monetária com base no §1º do Artigo 52.

§4º Se o Teto de Gastos se apresentar insuficiente para o atendimento das despesas nos orçamentos correntes, o Teto de Gastos poderá ser ajustado ao fluxo dos gastos, mediante a abertura de créditos adicionais solicitados pela Diretoria com base no inciso IX do Artigo 25 e aprovados pelo Conselho Consultivo com base no inciso VI do Artigo 34.

Artigo 53 – Todas as operações de ordem financeira e patrimonial serão evidenciadas pelos registros contábeis do Sindicato, executados sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado, em conformidade com o plano de contas e as instruções baixadas pelo Ministério do Trabalho.

§1º As demonstrações financeiras do Sindicato serão auditadas por

empresa de auditoria independente de primeira linha, a ser escolhida pelo Conselho Consultivo com base no inciso VII do Artigo 34 deste estatuto, sendo que os custos da auditoria serão obrigatoriamente previstos nos orçamentos anuais.

§2º A Diretoria enviará ao Conselho Consultivo orçamentos de pelo menos 3 (três) empresas de auditoria independente de primeira linha, dentre as quais o Conselho Consultivo escolherá, com base em critérios definidos pelo Conselho Consultivo, a empresa que realizará a auditoria das demonstrações financeiras do Sindicato.

Artigo 54 – Os bens imóveis só poderão ser adquiridos ou alienados mediante prévia permissão da Assembleia Geral tomada em escrutínio secreto, pelo mínimo de 2/3 (dois terços) dos presentes, reunida com a presença da maioria absoluta das associadas com direito a voto.

§1º Não obtido o quórum de instalação acima, a matéria poderá ser decidida em outra Assembleia Geral, reunida com qualquer número de associadas com direito a voto, após 10 (dez) dias da primeira convocação, sempre por 2/3 (dois terços) dos presentes.

§2º A venda do imóvel será realizada pela Diretoria, mediante licitação, com edital publicado no Diário Oficial e na imprensa diária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua publicação, a não ser que a Assembleia Geral autorize outra forma.

§3º A locação, pelo Sindicato: (i) de bens imóveis de propriedade de terceiros, para uso pelo Sindicato; ou (ii) de bens imóveis de propriedade do Sindicato, para uso de terceiros, dependerão de aprovação prévia do Conselho Consultivo, na forma do inciso X do Artigo 34, observadas as avaliações realizadas com base no §4º deste Artigo 54.

§4º Para alienação, aquisição ou locação de bens imóveis, a Diretoria ficará obrigada a contratar 3 (três) avaliações por instituições de primeira linha ou corretoras de imóveis de renome na base territorial do Sindicato, legalmente habilitadas para realizar a avaliação de imóveis, devendo tais avaliações serem observadas para fins de aquisição, alienação ou locação de bens imóveis pelo Sindicato.

Artigo 55 – A dissolução do Sindicato, afora os casos legais, somente se dará por deliberação expressa de 2/3 (dois terços) no mínimo das associadas em condições de votar, reunidos em Assembleia Geral para este fim convocada. Neste caso, os seus bens, pagas as dívidas, serão realizados e o saldo será depositado em conta bancária bloqueada, a fim de ser entregue ao Sindicato da mesma categoria que vier a ser

reconhecido, se outra destinação não for deliberada pela mesma Assembleia.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 56 – A aceitação dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente e de Vice- Presidente de Planejamento e Desenvolvimento, implicará a obrigação de residir na localidade onde o Sindicato estiver sediado.

Artigo 57 – As associadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais do sindicato.